

**SENHOR(A) PREGOEIRO(A) REPRESENTANTE DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO – RIO DE JANEIRO**

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90.159/2024

PROCESSO N. 22.857/2024

EMBRATOP GEO-TECNOLOGIAS LTDA., já qualificada, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, em vista do Recurso apresentado pela licitante **ZENITH EQUIPAMENTOS TOPOGRÁFICOS LTDA.**, apresentar, tempestivamente, suas **Contrarrazões**, sob os fundamentos que seguem:

1. Trata-se de pregão eletrônico, com a finalidade de aquisição de equipamentos de medição e precisão, para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Obras, em que a licitante Embratop restou vencedora do item 21, que visa a aquisição do equipamento “Scanner Laser”, através do modelo **Trion P1**, da marca **FJD**.

2. Contudo, irressignada com o resultado do certame, a Recorrente interpõe recurso, sob o fundamento de que a proposta declarada vencedora não atenderia as exigências previstas no edital.

3. Alega que o desatendimento da “precisão relativa de no máximo 2 cm”, eis que a precisão seria tão somente experimental (laboratorial ou teste), além de que a o preço seria supostamente inexecutável.

4. Em relação ao primeiro ponto suscitado, no qual se questiona o atendimento ao requisito de “precisão relativa de no máximo 2 cm”, cumpre esclarecer que o argumento da Recorrente carece de fundamento técnico e jurídico. O fato de a precisão declarada do equipamento Trion P1 ter sido aferida com base em testes experimentais ou laboratoriais não conduz, por si só, à conclusão de que a especificação é inidônea ou incompatível com as exigências do edital.

5. Ao contrário, os dados experimentais fornecidos pelo fabricante são justamente os parâmetros técnicos utilizados na indústria para demonstrar a capacidade e performance dos equipamentos de medição de alta precisão. Assim, o relatório técnico e o material informativo apresentados com a proposta deixam claro que a precisão relativa de 2 cm foi atingida em condições de teste — o que, no contexto de instrumentos dessa natureza, representa a confirmação objetiva da funcionalidade prometida.

6. Nesse cenário, não há qualquer vedação legal ou editalícia quanto à utilização de testes experimentais para a aferição de desempenho técnico, mormente quando esses dados são corroborados por documentos emitidos pelo próprio fabricante, cuja responsabilidade técnica garante a veracidade das informações.

7. Logo, não se pode presumir o descumprimento do edital apenas com base na origem experimental da aferição, sob pena de se exigir comprovação de campo que sequer foi exigida no instrumento convocatório.

8. Ressalte-se, ainda, que o objeto da licitação não exige que a aferição da precisão seja feita necessariamente em ambiente real ou simulado, mas tão somente que o equipamento ofertado atenda aos limites técnicos exigidos — o que foi efetivamente demonstrado no processo. A própria especificação de “precisão relativa de no máximo 2 cm” se refere a uma característica técnica do produto, e não ao local ou método específico de sua aferição.

9. Deste modo, não se vislumbra qualquer vício na proposta da licitante vencedora, tampouco desatendimento ao edital, razão pela qual deve ser afastada a impugnação nesse ponto.

10. Também não merece melhor sorte o argumento de inexecutabilidade da proposta. Em atenção ao Anexo II do edital, verifica-se que o item 21 (scanner laser) foi estimado em R\$ 206.936,62 e o item 22 em R\$ 57.548,52, com o valor subtotal de R\$ 264.485,14. Por outro lado, a proposta final da licitante atingiu o valor de R\$ 43.500,00 para o item 21 e R\$ 36.000,00 para o item 22, totalizando R\$ 79.500,00.

11. Nota-se, assim, que o valor global estimado pela Administração para os itens 21 e 22 (R\$ 264.485,14) confronta-se com a oferta da vencedora (R\$ 79.500,00), o que representa cerca de 30 % do orçamento preliminar.

12. Tal deságio não gera, por si, desclassificação automática, pois a Lei 14.133/2021 não fixa parâmetro numérico de inexequibilidade para o fornecimento de bens. O que a nova lei determina é que preços “inexequíveis” sejam desclassificados (art. 59, III), facultando-se à Administração exigir demonstração de viabilidade sempre que haja indício de anomalia (§ 2º).

13. A jurisprudência do TCU estabelece que, na eventualidade de reconhecer-se como preços muito baixos, gera-se a presunção relativa de inexequibilidade, devendo a Administração oportunizar defesa ao licitante (Súmula 262 e, sob a nova lei, Acórdãos 465/2024-Plenário e 2088/2024-2ª Câmara). Esses precedentes reconhecem que estratégias comerciais legítimas — como obtenção direta de fábrica, ganho de portfólio ou margem reduzida para entrada em mercado — podem justificar descontos acentuados.

14. Assim, a verificação da exequibilidade deve concentrar-se em três pontos, a serem cobrados em eventual diligência: a) planilha de custos detalhada (insumos, câmbio, impostos, frete, margem); b) comprovação de capacidade técnica e logística (autorização do fabricante, assistência técnica, estoque ou prazo de importação); c) comparação com contratos análogos recentes ou listas de preços oficiais que confirmem a obtenção de condições comerciais vantajosas.

15. À vista do processo até aqui disponibilizado, a Recorrente não apresentou provas concretas de que o valor seja inexequível; limitou-se à alegação genérica de “preço irreal”. Na forma do art. 59, § 3º, da Lei 14.133/2021, o ônus de demonstrar a inviabilidade econômica não foi satisfeito.

16. Portanto, na ausência de elemento objetivo que comprove custos superiores ao preço ofertado, deve prevalecer a proposta mais vantajosa para a Administração. Caso subsistam dúvidas, a solução adequada é a abertura (ou ratificação) de diligência para colheita dos documentos elencados no item 15, e não a desclassificação sumária.

17. Conclui-se, pois, que o argumento de inexequibilidade carece de respaldo fático-jurídico, razão pela qual deve ser rejeitado, mantendo-se a adjudicação e posterior homologação em favor da Embratop.

18. Diante do exposto, requer-se o desprovimento do recurso, com a manutenção da proposta vencedora.

Pede deferimento.

São Paulo, 13 de junho de 2025.

ALEXANDRE BENJAMIN RAINHA

CPF: 119.115.418-11

Sócio

